



## **Concurso Público de: “Cessão dos direitos de exploração da Porta de Entrada para a Mobilidade Sustentável da Ria”**

### **PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS**

O presente concurso público tem como objeto a **“Cessão dos direitos de exploração da porta de Entrada para a Mobilidade Sustentável da Ria”**

A entidade adjudicante é o Município de Murtosa, com sede na Praça do Município, n.º 1, 3870-101 Murtosa, NIPC 506791238, telefone 234 830 100 e telefax 234 86 76 36 e com o endereço eletrónico geral@cm-murtosa.pt,

A decisão de contratar, consubstanciada na autorização de abertura do procedimento, foi determinada por deliberação camarária de 04 de outubro de 2018.

#### **ARTIGO 1.º - IDENTIFICAÇÃO DO BEM**

**1.1** - A cessão de exploração da Porta de Entrada para Mobilidade Sustentável da Ria diz respeito à valência:

Do Equipamento de Cafeteria/Bar, que estará aberto ao público em geral, mas que será especialmente direcionado para apoio aos visitantes. O apetrechamento deste equipamento será da responsabilidade do concorrente vencedor.

O bem, doravante será apenas designado por “Porta de Entrada”.

#### **ARTIGO 2.º - OBJETO**

**2.1** – Cessão dos direitos de exploração da Porta de Entrada.

#### **ARTIGO 3.º - PRAZO**

**3.1** – A exploração será concedida por um prazo de 7 anos, findo o qual o estabelecimento será restituído ao Município da Murtosa;



§ único: Uma vez findo o contrato decorrente da cessão de exploração não haverá lugar a renovação, sendo obrigatoriamente aberto novo concurso para efeitos de nova cessão.

#### **ARTIGO 4.º - PEÇAS DO CONCURSO**

As peças do concurso (programa de procedimentos e caderno de encargos) deverão ser solicitadas ao Município da Murtosa, através do e-mail “presidencia@cm-murtosa.pt” e serão fornecidas gratuitamente, via e-mail.

Também poderão ser solicitadas em papel, para isso o requerente terá que se dirigir aos serviços de atendimento ao Munícipe, na Câmara Municipal da Murtosa e preencher o correspondente requerimento. Neste caso o requerente terá que pagar o serviço de requisição, contudo as peças serão entregues, em papel, gratuitamente.

#### **ARTIGO 5.º - RECLAMAÇÕES OU DÚVIDAS SOBRE AS PEÇAS DO PROCESSO**

**5.1** – A entidade que preside ao concurso é a Câmara Municipal da Murtosa, a quem deverão ser apresentadas, por escrito, dentro do primeiro terço do prazo fixado para apresentação das propostas, as reclamações e pedidos de esclarecimento de quaisquer dúvidas surgidas na interpretação das peças do concurso.

**5.2** – Os esclarecimentos, a que se refere o número anterior, serão prestados, por escrito, até ao fim do segundo terço do prazo fixado para apresentação das propostas.

**5.3** – Independentemente das informações fornecidas, entende-se que o adjudicatário se inteirou localmente das condições do equipamento em questão, cujo direito de exploração é objeto deste concurso.

**5.4** – A falta de informações relativas ao equipamento em questão, ou a sua inexatidão, só poderão servir de fundamento para reclamações quando não sejam previstas nestas condições gerais nem sejam notoriamente previsíveis na inspeção local realizada na fase de concurso.



## **ARTIGO 6.º - ENTREGA DAS PROPOSTAS**

**6.1** – As propostas serão entregues até às 16:00 horas do 30º dia, a contar do dia útil seguinte à publicação no Diário da República, pelos concorrentes ou seus representantes, na Secretaria da Câmara Municipal da Murtosa – Divisão Administrativa e Financeira – Praça do Município, n.º 1 – 3870-101 MURTOSA, contra recibo, ou remetidas pelo correio sob registo e com aviso de receção.

**6.2** – O prazo começa a correr independentemente de quaisquer formalidades, contando-se em dias seguidos. O termo do prazo que caia em dia em que o Município da Murtosa não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte.

**6.3** – Se o envio das propostas for feito pelo correio, o concorrente será o único responsável pelos atrasos, que porventura se verifiquem, não podendo apresentar qualquer reclamação na hipótese da entrada dos documentos se verificar já depois de esgotado o prazo de entrega das propostas.

## **ARTIGO 7.º - FORMA JURÍDICA DE AGRUPAMENTO**

**7.1** – Podem concorrer pessoas singulares, coletivas ou equiparadas, individualmente, ou que declarem a intenção de se constituírem em consórcio externo, em regime de responsabilidade solidária, no caso de lhes ser adjudicada a cessão.

## **ARTIGO 8.º - MODO DE APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA**

**8.1** – A proposta, juntamente com os documentos que a instruem, será encerrada em sobrescrito fechado, em cujo rosto se escreverá a palavra “PROPOSTA”, indicando-se o proponente e o concurso a que se destina,



nomeadamente: **Cessão dos direitos de exploração da Porta de Entrada para a Mobilidade Sustentável da Ria.**

**8.2** – A proposta e os documentos devem ser redigidos em língua portuguesa ou, no caso de não o serem, deverão ser acompanhados de tradução devidamente legalizada e em relação à qual o concorrente declara aceitar a prevalência, para todos os efeitos, sobre os respetivos originais.

### **ARTIGO 9.º - PROPOSTA**

**9.1** – A proposta terá de ser instruída com os dois Modelos (Modelo I e Modelo II) que se encontram anexos ao presente Programa de Procedimento.

### **ARTIGO 10.º - ATO PÚBLICO DO CONCURSO**

**10.1** – O ato do concurso é público, terá lugar no Edifício da Câmara Municipal da Murtosa e realizar-se-á pelas 10 horas do dia útil que se seguir ao expirar do prazo para entrega das propostas.

**10.2** – Só poderão intervir no ato do concurso as pessoas que para o efeito estiverem devidamente credenciadas pelos concorrentes, bastando, para tanto, no caso de intervenção do titular de empresa em nome individual, a exibição de documento de identificação.

### **ARTIGO 11.º - PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA**

**11.1** – Os concorrentes ficam obrigados a manter as suas propostas durante o prazo mínimo de 66 dias, contados da data da sessão da sua abertura.

**11.2** – O prazo de validade das propostas considera-se prorrogado, por igual período de tempo, se os concorrentes nada requererem em contrário.

### **ARTIGO 12.º - CRITÉRIOS DE APRECIAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**12.1** As propostas serão avaliadas exclusivamente segundo o critério do valor da renda anual proposta.



Sendo que o concorrente que apresentar o maior valor anual de renda ganhará o concurso.

**12.2** – Não serão admitidas propostas que apresentem um valor da renda anual inferior a 2.000,00€, acrescido de IVA à taxa legal em vigor;

**12.3** – Em caso de empate será efetuado um leilão entre os concorrentes empatados, em dia e hora a marcar oportunamente, para determinar o vencedor.

**12.4** - A Câmara Municipal reserva-se o direito de não adjudicar a cessão ao proponente que apresente a melhor proposta, desde que invoque motivos objetivos que possam comprometer a cessão.

### **ARTIGO 13.º - ENCARGOS**

**13.1** – São despesas do concorrente as inerentes à elaboração da proposta.

**13.2** – São ainda da conta do concorrente as despesas e encargos inerentes à celebração do contrato.



## **MODELO DE PROPOSTA ANEXO AO PROGRAMA DE PROCEDIMENTOS**

### **MODELO I**

.....(indicar nome, estado civil, profissão e morada, ou firma, sede e número fiscal), depois de ter tomado conhecimento do processo de concurso público para “Cessão dos direitos de exploração da Porta de Entrada para a Mobilidade Sustentável da Ria”, a que se refere o Anúncio publicado no Diário da República n.º....., de....., obriga-se a executar a cessão em conformidade com o Caderno de Encargos e demais documentos patenteados a concurso e ao pagamento da renda anual no valor \_\_\_\_\_€ (Indicar por extenso o valor).

À quantia supra indicada acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.

Mais declara(m) que renuncia(m) a foro especial e se submete(m) em tudo o que respeitar à execução da cessão, ao que se achar prescrito na legislação portuguesa em vigor.

Data .....

Assinatura .....



## Modelo II

### DECLARAÇÃO

1 — ..... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de .....(firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de concurso público para a **“Cessão dos direitos de exploração da Porta de Entrada para a Mobilidade Sustentável da Ria”**, declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 — Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a)...

b)...

3 — Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 — Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das seguintes situações:

a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respetivo processo pendente;

b) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afete a sua honorabilidade profissional;

c) Não foi objeto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional ;

d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 08 de Maio, durante o período de inabilidade fixado na decisão condenatória;

g) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;

h) Não foi objeto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal (ou no Estado de que é nacional ou no qual se situe o seu estabelecimento principal);

i) Não foi condenado(a) por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:



i) Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação

Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;

ii) Corrupção, na aceção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;

iii) Fraude, na aceção do artigo 1.º da Convenção relativa à Proteção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;

iv) Branqueamento de capitais, na aceção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;

j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência.

5 — O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 — Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas no ponto 4) desta declaração;

7 — O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
(Assinatura)